

CPI quer acionar advogados por falta de ética

Comissão alega uso de dado privilegiado para lucrar com causa ambiental superfaturada

SILVIO BRESSAN

Depois dos peritos e dos juizes, agora são os advogados que estão na mira da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) das Indenizações Ambientais na Assembleia Legislativa. No relatório final, que será apresentado em fevereiro, os deputados devem pedir providências ao Ministério Público (MP) e à Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) contra os escritórios de advocacia que alimentaram a indústria das indenizações. "Vamos acionar o Ministério Público e a OAB para enquadrar alguns advogados por falta de ética", adianta o presidente da CPI, deputado Milton Flávio (PSDB).

Para o tucano, muitos advogados começaram a adquirir processos porque sabiam que as indenizações estavam superfaturadas e gerariam grandes lucros. "Acho que eles faltaram com a ética ao se prevalecer de informações privilegiadas para ganhar dinheiro com processos irregulares", acusa.

Em muitos casos, os novos proprietários adquiriram a área depois que ela tinha se transformado em parque ou reserva florestal. Por essa razão, inclusive, na semana passada o Superior Tribunal de Justiça (STJ) anulou um processo contra o Estado de São Paulo.

A inclusão dos advogados no relatório e o pedido de providência também servirá como uma resposta à OAB, que tem se posicionado a favor do pagamento dos precatórios (dívidas judiciais).

Para o presidente da CPI, é justamente a coincidência de advogados, peritos e proprietários que caracteriza a indústria das indenizações. Em um dos primeiros relatórios sobre o assunto, em 1997, o MP fazia referência ao assunto e apontava alguns dos escritórios mais frequentes nesse tipo de processo.

O mais assíduo era o dos advogados Alexandre Husni e Vicente Renato Paolillo, que respondia por 9 dos 33 processos analisados. A comissão concluiu que o escritório Husni-Paolillo responde por quase 40 casos. Procurados pelo Estado, eles não foram localizados.

Na época, um dos sócios do escritório achou a situação normal, por tratar-se de área na qual ambos são especialistas. Husni também tem diversas causas de desapropriação contra a Prefeitura.

INSTITUTO	
	Documentação
SOCIOAMBIENTAL	
Fonte	DESP
Data	9/12/2000 Pg 12
Class.	168